



INCLUSÃO ESCOLAR E INDIVÍDUOS COM TEA

Silvia Naira Monteiro Trigo¹

Claudio Neves Lopes²

RESUMO

Este estudo objetivou realizar uma revisão bibliográfica qualitativa da literatura nacional e internacional sobre o histórico envolvendo os deficientes intelectuais até as descobertas científicas do Transtorno do espectro Autista. A temática desencadeia diversas polemicas, dentre elas a questão da inclusão escolar destas crianças que costumam apresentar dificuldade de sociabilidade e interação. Em suma, os estudos apontados por quem trabalha nesta área entendem que estas crianças devem conviver com outras pessoas atípicas, esta abordagem reflete no desenvolvimento e avanço do tratamento e conseqüentemente no crescimento da aprendizagem quando o indivíduo se encontra em fase escolar. Os artigos para a construção da pesquisa foram extraídos de livros, textos, teses, dissertações e artigos científicos de bases eletrônicas.

Palavras-chave: Convivência, Educação, Inclusão, Política da Educação Especial.

SCHOOL INCLUSION AND INDIVIDUALS WITH ASD

ABSTRACT

This study aimed to conduct a qualitative bibliographical review of the national and international literature on the history involving the intellectual disabled until the scientific discoveries of Autism Spectrum Disorder. The theme triggers several controversies, among them the issue of school inclusion of these children who usually present difficulties of sociability and interaction. In short, the studies pointed out by those who work in this area understand that these children should live with other atypical people, this approach reflects in the development and advancement of treatment and consequently in the growth of learning when the individual is in school stage. The articles for the construction of the research were extracted from books, texts, theses, dissertations and scientific articles of electronic bases.

Keywords: Coexistence, Education, Inclusion, Special Education Policy.

¹Licenciada em Educação Física, pela Faculdades Integradas do Vale do Ribeira - FIVR. E-mail: silvinhatrg@yahoo.com.br

²Doutorando pela UNR. Orientador do artigo. Especialista em Transtorno do Espectro Autista pela Universidade Cruzeiro do Sul e graduado em Pedagogia pela Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR e Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos. E-mail: claudiooliveira.pedagogo@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Diante dos estudos apresentados sobre o Transtorno do Espectro Autista, a questão da escolarização e do desenvolvimento da aprendizagem destas crianças se tornaram na sociedade contemporânea um grande desafio.

O Transtorno do espectro Autista se trata de distúrbios do neurodesenvolvimento de início precoce (possivelmente antes dos três anos de idade), é crônico e uma das suas principais características é a dificuldade de sociabilizar-se com outras pessoas (KLIN, 2006).

Os aspectos inclusivos e seus movimentos ocorrem desde a década de 1990, todo este processo adquiriu mais força após a Constituição Federal de 1988 que possibilitou a participação ativa da população em geral nas reivindicações de direitos e melhorias para a sociedade (BEREOHFF, 2008).

Este artigo tem como objetivo por meio de uma análise histórica apresentar a importância das contribuições no âmbito da educação e da aprendizagem dos deficientes intelectuais e dos autistas, de grandes médicos como Pinel, Itard e Ségun. De modo específico, objetivou -se compreender a importância da inclusão para aquelas pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista.

Para a construção deste trabalho utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica retirada de livros e bases eletrônicas que compreendem Teses de Doutorado e Mestrado, Teses de conclusão de curso e Artigos Científicos retirados de bases eletrônicas, destacando autores como, Murray (2005), Pessoti (1984), Tezzari (2009), entre outros.

FUNDAMENTAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE PINEL, ITARD E SÉGUN PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Na história ao abordar a questão educativa dos portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA), é possível conhecer todo o processo de desenvolvimento desde a segregação até as grandes conquistas em relação aos seus direitos por meio do estudo dos eventos que se sucederam na história.



Na contemporaneidade, quem é considerado incomum ainda recebe estas designações sendo, portanto, rejeitados pelas sociedades, concretizando-se aqui o preconceito na sua forma mais rústica.

Segundo Bartholo (2007), o preconceito supõe um conhecimento prévio independente de toda técnica científica e de qualquer escuta interpessoal, nesta concepção não existe possibilidade de diálogo com o outro em sua inteireza. Este tema está além da justificativa da plena falta de conhecimento sobre algum tema, é o ápice da ignorância e da vontade de descobrir sobre determinado tema.

Relacionando o preconceito a deficiência, este está ligado ao conceito do próprio termo, pois ao rotular que alguém é deficiente, já temos aí instaurado o preconceito, portanto “deficiência” já é sinônimo de preconceito (TUNES, 2007).

O rótulo é palavra – ato, já preconceito, o obstáculo inaugural ao ato verdadeiramente inclusivo. O conceito de deficiência serve, pois, a exclusão. Eis aí o preconceito da deficiência. É, portanto, um contrassenso falar em inclusão de excluídos quando basta, apenas, não os excluir, chamando-os apenas pelo próprio nome (p. 54).

Na educação brasileira de modo especial muitas foram as conquistas pelos autistas, tanto na educação quanto nos direitos que lhe são inerentes para a convivência em sociedade, se trata aqui de pessoas que antes não eram respeitadas como deveriam e não tinham seus direitos assegurados pois viviam a margem de uma sociedade que ignoravam a sua existência.

Ao abordar o aspecto educativo de indivíduos portadores da Síndrome de Autismo Infantil, faz-se necessária uma retrospectiva histórica, passando pela seleção natural; eliminação de crianças mal formadas ou deficientes em várias civilizações; marginalização e segregação promovidas na Idade Média; até um período marcado por uma visão mais humanista na Europa após a Revolução Francesa; para se chegar, no século XIX, aos primeiros estudos sobre as deficiências (BEREOHFF, 2008, p. 11).

Conforme apontado por Diaz (1995), a exclusão esteve sempre presente, como por exemplo na utilização de termos como imbecis, idiotas, excepcionais, cretinos, dementes, amentes, doentes, oligofrênicos, deformados entre outros considerados abusivos.

Proveniente do século XVIII, todo o histórico que se construiu em torno dos deficientes eram baseados em mitos, na religião, em crenças e superstições, ou seja, não havia nada comprovado por métodos científico muito menos médicos que trouxessem algo seguro



sobre este tema, a falta de informação ocasionava grandes discussões além do sofrimento para estes indivíduos.

A própria religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZOTTA, 2001, p. 16).

Neste período não existia atendimento individualizado para cada necessidade, estas pessoas eram estigmatizadas ao ponto de serem exibidas em atividades circenses como aberrações ou até mesmo tratadas como animais.

Muitos relatos constam na história, segundo Gugel (2007), os pais abandonavam as crianças em cestos ou em lugares sagrados. O nascimento de crianças que portavam deficiências eram para muitas culturas sinal de castigo de Deus, tanto que a visão que se tinha eram de estarem relacionados ao ocultismo, a feitiçaria e a bruxaria, não bastando o fato de que para muitos eram seres diabólicos que deveriam ser castigados e desta forma serem purificados.

Estudos apontados por Pessotti (1984) explicitam que foi a partir do século V que este pensamento se fortificou, havia a concepção de que os deficientes tinham poderes malignos, acreditando-se que o ser humano era o próprio mal quando lhe falece a razão ou lhe descabe de graça celeste para lhe enaltecer o seu intelecto, segundo o mesmo autor : “ Assim, dementes e amentes são, em essência, seres diabólicos (PESSOTTI, 1984, p. 12).”

Em civilizações como a de Roma, as crianças inválidas eram abandonadas e se esse fato não ocorresse, as famílias teriam seus bens confiscados. Cruelmente, ocorria a compra de descapitados para diversão e a responsabilidade da doença era atribuída ao enfermo (DIAZ, 1995).

De maneira geral, as interações dos povos antigos com os deficientes foram culturalmente modificadas conforme ocorria a sucessão de fatos históricos, como por exemplo, o início do cristianismo, a inquisição, entre outros, no entanto ainda se verifica traços que remetem a marginalização e a desigualdade (DIAZ, 1995).

Não existia neste momento histórico a crença na “loucura na criança” que era o sinônimo de “idiota”, a preocupação etiológica sobre a deficiência mental originou-se a partir



do século XVIII, onde todos os estudos se encontram resumidos na obra de “*Traité médico - philosophique sur l’alienation mentale*” escrita em 1800 (PÓSTEL & QÚEETEL, 1987).

A ideia de que Pinel de que a idiotia é incurável repousa no postulado da disfunção orgânica de terapia difícil ou impossível, pois dificilmente identificável; alguma forma de patologia cerebral: eis a causa da idiotia. Mas a doutrina funda-se também na visão unitária da deficiência, segundo a qual idiotia, imbecilidade e deficiência mental são sintomas de degeneração no nível do sistema nervoso central, de origem hereditária como o cretinismo, aliás como doutrina Fodéré em 1791 (PESSOTI, 1984, p. 78-80).

A noção do retardamento mental teve suas discussões consagradas nos três primeiros períodos quinquenais do século XIX, foram suscitadas as abordagens levantadas por “Esquirol provenientes do ano de 1820, como a utilização da palavra “idiota” (BERCHERIE, 2001, p. 130).”

Sobre Philippe Pinel, este foi um importante médico que marcou o final do século XVIII e início do século XIX. Entre suas obras, a de maior relevância foi o Tratado Médico – Filosófico sobre a Alienação mental ou *Traité* publicado em 1801. A Psiquiatria vista como especialidade médica foi inaugurada a partir da publicação desta memorável obra (PESSOTI, 1984).

Após médicos especialistas como Phillippe Pinel estabelecerem diagnósticos desoladores sobre esta criança, em que seria impossível a convivência de volta a sociedade, já que o mesmo fora encontrado nas florestas do Sul da França mudo e aparentemente surdo e nu, descrevendo que: “Victor não é um indivíduo desprovido de recursos intelectuais por efeito de sua existência peculiar, mas um idiota essencial como os demais idiotas que se conhece no asilo de Bicêtre (PESSOTI, 1984, p. 36).”

Jean Marc Gaspard Itard, ex aluno de Phillippe Pinel desmistificou as questões de irreversibilidade do retardamento mental ao iniciar seus estudos sobre um menino selvagem no qual nomeou como Vitor, e que ficou famosamente conhecido como o “*Selvagem de Aveyron*” (BERCHERIE, 2001, p. 132).”

Itard ao estudar o caso defendeu a ideia de que o menino podia sim ser reintegrado ao convívio em sociedade, sendo educado, e no ano de 1801 tem todos os seus esforços sobre as pesquisas em cima de Vitor descritas no seu livro *Mémoire sur les premiers développements*



de *Victor de l'Aveyron*. Há, aqui, o início das abordagens sobre os fundamentos da teoria da avaliação e da didática atuais sobre os aspectos da deficiência mental (PESSOTTI, 1984).

Na visão de Alexander e Selesnick (1968), Itard compreendeu que o menino parecia deficiente por não ter sido civilizado, passando cinco anos tentando educá-lo por métodos humanos.

O médico ainda acreditava que o caso do menino Victor era médico, e que o seu tratamento pertencia ao campo da então denominada medicina moral, vislumbrada por Isaías Pessoti (1984) como uma subdivisão para as atividades da psicologia clínica e da psiquiatria, as quais se estabeleceriam futuramente como profissões.

Com a constituição do campo da psiquiatria e psicanálise infantil, Victor e seu mestre passam a ser objeto de interesse de representantes dessa área; é assim que Léo Kanner, nos Estados Unidos, descreve, em 1943, o quadro de “autismo infantil precoce”, termo emprestado do suíço Bleuler, e aponta Itard como precursor desse domínio de investigação. (KANNER, 1960, *apud* BANKS-LEITE & GALVÃO, 2000, p. 18-19).

Este estudo ocorrido com o menino Vitor nos trouxe grandes perspectivas para a questão inclusiva de crianças portadoras de deficiência ou de algum transtorno, desde aquele período mesmo sem imaginar a dimensão que tomaria esta temática até a sociedade contemporânea, muitas contribuições já advinham de Itard, Pinel e outros cientistas da área.

Importante mencionar as considerações de Cordeiro (2006, p. 110) sobre os trabalhos de Itard que acreditada no poder dos trabalhos conjuntos da medicina e da educação, no qual menciona que: “A educação pode tornar Vitor uma pessoa capaz de viver em sociedade.”

Na América do ano de 1848, Édouard Séguin representando a médico–pedagogia com destaque na psiquiatria infantil, trouxe suas ideias para esse continente, e sob influência do movimento parar educar subnormais, foram criadas escolas especiais com base no modelo médico – pedagógico. Para ele era correto a construção de estabelecimentos especiais e apropriados para a educação destas crianças.

Em Paris, o médico já havia fundado a primeira escola para a educação de crianças com deficiência intelectual, considerada como uma verdadeira revolução no que se refere ao acompanhamento e atendimento desses indivíduos (GARDOU & DEVELAY, 2005).



Apesar do rigor dos seus princípios e da sua aplicação, esta educação liga o intelectual ao afetivo e faz apelo à autonomia, à iniciativa, ao imaginário, à arte. Se, contrariamente aos Estados Unidos, onde a sua ação goza de um justo reconhecimento, a sua voz não foi ouvida na França. Édouard Séguin continua, sem contestação, o condutor de um método original, o precursor da neuropsicologia e da reeducação psicomotora. Por seu lado, este homem do terreno esforçou-se por demonstrar, junto dos mais excluídos entre os excluídos, que é o imperialismo da norma pretensamente científica que fecha o horizonte da educabilidade. Lembra que o singular constitui, em matéria educativa, a categoria decisiva (GARDOU & DEVELAY, 2005, p. 37).

Naquela época a Teoria do Desenvolvimento não havia sido totalmente esclarecida, pouco se tinha de conhecimento na área, mas Séguin conseguiu trazer concepções bem avançadas para aquela época sobre a aprendizagem, conforme explana Tezzari (2009, p. 88):

O trabalho com os alunos em sua escola durava mais de seis horas por dia e, para potencializá-lo, Séguin projetou e fabricou uma grande variedade de jogos. Anos mais tarde, Maria Montessori afirmou, de maneira explícita e reiterada vezes, que devia a quase totalidade de seus materiais a Séguin, mesmo não os utilizando conforme as proposições de seu criador. Para ele, os alunos deveriam construir as ideias e noções por meio do jogo, mas trabalhando em grupo ou coletivamente.

Em 1850, transferiu-se definitivamente com a sua família para os Estados Unidos, onde recebeu acolhimento por parte do pedagogo Horace Mann, na América além da instituição de escolas para a educação especial, ele trouxe grandes contribuições acatadas por Montessori, possibilitando também agregar seus conhecimentos as funções sensoriais trazidas por Itard (MURRAY, 2005).

As possibilidades de aprendizagem para jovens e adolescentes com deficiência intelectual também foram propostas de estudo para Édouard Séguin e que procuraram evidenciar a inclusão da aprendizagem dentro das limitações de cada indivíduo.

INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS COM TEA NA EDUCAÇÃO

Após décadas de estudos foi possível construir uma definição concreta sobre o autismo infantil, tendo esse os seus graus de severidades. Inicialmente os problemas eram conforme apresentados pelas descrições de Léo Kanner (1943) estudados com base em teorias já apresentadas e que muito das vezes percorriam caminhos distintos. Criado pelo médico Psiquiatra Eugen Bleuer (1857 – 1939), o termo autismo surgiu no ano de 1907. Este



médico foi um dos maiores pioneiros da nova Psiquiatria do século XX, sendo um dos reformadores do conceito de loucura.

Porém, no ano de 1943, o autismo passou a ser considerado uma nosografia psiquiátrica, em vez de uma característica de esquizofrenia, naquela época abordar o autismo significava segundo Kuafmann, (1996, p. 57):

O inevitável embate entre o inato e o adquirido, ainda mais inflamado por repousar, como toda querela, num mal entendido recíproco. Mas essa lousa mágica que é o autismo – pela maleabilidade total de seu objeto, esvaziado de toda subjetividade – não autorizaria toda e qualquer projeção? O inato ou o adquirido? A hereditariedade ou a educação? O corpo ou a cabeça? A necessidade de excluir implicada pela própria forma dos enunciados, fundada sobre a clivagem entre o somático e o psíquico, convida os adversários a se engalinharem com mais força ainda na mediada em que reduziram o campo de seu debate a dimensões de um copo d'água.

Atualmente o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5, 2013) retrata os principais critérios para o diagnóstico do quadro de autismo, excluindo as versões anteriores que incluíam o autismo em um quadro de psicose (esquizofrenia), conforme as teorias destacadas por Sigmund Freud. Portanto, são critérios principais para constatação do Autismo:

- A - Déficit na comunicação social e na interação social.
- B - Padrões restritos e repetitivos de comportamento.
- C - Os sintomas devem estar presentes na primeira infância, mas podem não se manifestar plenamente, até que as demandas sociais ultrapassem as capacidades limitadas.
- D – Os sintomas causam alterações clinicamente significativas em nível social, ocupacional ou em outras áreas importantes do desenvolvimento.
- E - Essas alterações se explicam melhor com a presença de uma incapacidade intelectual (Transtorno do Desenvolvimento Mental) ou um atraso global do desenvolvimento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013, p. 62).

No que se refere a inclusão, documentos como os constituídos na Assembleia da UNESCO ocorrida na Espanha no ano de 1994 formalizou a proposta provenientes de



movimentos sociais emergentes em todo o mundo que lutavam por uma educação inclusiva. No Brasil estamos nos inteirando das ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, todas estas visam garantir o direito também previsto no Ordenamento Jurídico Brasileiro de todos os alunos conviverem, aprendendo e participando.

Foi a partir do ano de 1994 que a inclusão ganhou força, por meio da Declaração de Salamanca:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

O conceito de criança deficiente é aprovado internacionalmente pela *Council of Exceptional Children (CEC)*, e que segundo Fonseca (2005, p. 25) é entendida como sendo:

A criança que se desvia da média ou da criança normal em: características mentais; aptidões sensoriais; características neuromusculares e corporais; comportamento emocional; aptidões de comunicação; múltiplas deficiência, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

Diante desta realidade a formação de grupos sociais permitiu a busca pelo conhecimento pleno da situação destas pessoas modificando seu “*status*” perante a sociedade e o mundo. Neste sentido, se parte do princípio de que diferenças independente da natureza têm uma implicação para o seio social e sua estrutura, incluindo-se as instituições escolares de modo geral, sendo então estendidos a todas as minorias (CLASER, 2001).

Segundo consenso internacionalmente existente, quando, em consequência de algum mal, o ser humano é vítima de certo impedimento



de ordem física, por exemplo, temos a instalação de uma deficiência. Essa deficiência poderá levar ou não a uma incapacidade, ou seja, a uma situação de desvantagem, de inferioridade. O que se sucede é que quando essa deficiência é tomada como uma desvantagem significativa para com os demais, ou quando ela é rejeitada sem que o indivíduo atente para as suas consequências práticas, em geral a pessoa portadora de deficiência começa a agir e a desenvolver hábitos e atitudes tais que o grupo social se vê forçado a deixá-la de lado e cada vez mais a sua margem (SILVA, 1987, p. 372).

Os Autistas apresentam dificuldades de interação e de comportamentos, algumas crianças por exemplo, tem pouco ou nenhum interesse de se manter relações sociais, nesta perspectiva, a família da criança, a instituição escolar e os pais devem buscar meios de manter a criança o mais confortável para a aprendizagem, afinal a interação social faz parte do tratamento e ajuda muito na questão do desenvolvimento mental (GARTON, 1992; SEIDL – DE – MOURA, 2009; SALOMÃO, 2012).

A criança diagnosticada com TEA deve ir para a escola regular o mais cedo possível, pois é um local privilegiado para desenvolver a interação social. Além disso, muitas vezes, são os profissionais da instituição que alertam os pais sobre a necessidade de se fazer uma avaliação mais apurada sobre o desenvolvimento dos pequenos (NEGRETTI, 2015, p. 27).

As Crianças autistas ao passarem por um processo de aprendizagem, transcorrem as mesmas fases que crianças que apresentam distúrbios de comportamento, no entanto a criança demora um tempo maior pois esta tem dificuldades em compreender regras de grupo, além da sua percepção diferente do mundo (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999).

Segundo a Declaração de Salamanca:

A expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, tem necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, Pág. 06).

É importante compreender que a criança que possui o Autismo tem percepções sensoriais desorganizadas, a falta de comunicação e interação social podem ser uma grande dificuldade na aprendizagem. O profissional deve amá-lo incondicionalmente, ter amor à sua profissão, entender as crises também ajudam no tratamento e na aproximação com estes indivíduos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho tratamos sobre um tema de muita relevância para a nossa atualidade, ou seja, a inclusão de pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista em sala de aula. Anteriormente, até a chegada da concepção e da importância dos aspectos inclusivos em sala de aula muito se discutiu e no passado histórico da humanidade esta perspectiva foi abordada por médicos famosos como Phillippe Pinel, Itard e Édouard Ségun.

A questão da ressocialização, da convivência em sociedade foi retratada no século XVIII em estudos de casos como o do famoso Victor, encontrado isolado em uma selva sem nenhuma condição de conviver no seio social. No entanto, Itard ao estudar a situação e se empenhar em seus esforços conseguiu grandes avanços, agregando Victor a uma família.

A partir deste avanço, muitos outros médicos psiquiátricos se aventuraram nos casos de doenças mentais e suas possíveis curas, ou ainda tratamentos que trouxessem uma melhor qualidade de vida.

Portanto, ao chegarem nas descobertas de Eugen Bleur, Léo Kanner e Asperger sobre o Transtorno do Espectro Autista, houve grandes mudanças nos paradigmas de quem nascesse com alguma deficiência ou transtorno deveria ser isolado da convivência em sociedade, ou ainda, no pensamento disseminado por Ségun, estudar em escolas especiais.

O que se encontra neste tempo em que vivemos, principalmente em Países como o Brasil que tem a Democracia instituída, é a fomentação de políticas públicas por parte do Governo que tem o dever de fornecer recursos para a educação bem como conscientizar as instituições escolares e seus profissionais a respeito das práticas inclusivas, que excluem toda a forma de preconceito, e trazem para a criança o desenvolvimento da aprendizagem dentro de suas limitações de maneira saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, F. G., & SELESNICK, S. T. *Desenvolvimentos na psiquiatria infantil*. In: *História da psiquiatria*. (A. Arruda, trad., pp. 478-495). São Paulo: Ibrasa, 1968.

BANKS-LEITE, L., & GALVÃO, I. *Uma introdução à história de Victor do Aveyron e suas repercussões*. In: L. Banks-Leite & I. Galvão (Org.). *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard* (pp. 11-24). São Paulo: Cortez, 2000.



BARTHOLO, R. *Alteridade e preconceito*. Em TUNES & BARTHOLO (org.). *Nos Limites da Ação*, Preconceito, Inclusão e Deficiência. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

BERCHERIE, P. *A clínica psiquiátrica da criança*. In: O. Cirino. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. (pp. 129-144). Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2001.

BEREOHFF, A. M. *Autismo: uma história de conquistas*. Em Aberto, v. 13, n. 60, 2008. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1914/1885>. Acesso em: 30/06/2018.

CLASER, E. A. *Projeto de educação inclusiva (Pr): propostas para a educação na diversidade*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2001.

CORDEIRO, A. F. M. *Relações entre Educação, Aprendizagem e desenvolvimento humano: As contribuições de Jean Marc – Gaspard Itard (1774 – 1838)*. Tese (Doutorado em Psicologia da educação) Programa de estudos e Pós graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial*. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf.salamanca.pdf>. Acesso em: 14/06/2018.

DIAZ, A. L. A. *Historia de las Deficiencias*. Madrid: escuela libre editorial, 1995.

FERREIRO, E. & TEBEROSKY. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre, Artmed, 1999.

FONSECA, R. T. *O trabalho protegido do Portador de Deficiência*. 2005. Disponível em: http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd_ricardofonseca01.htm. Acesso em: 8 jul. 2009.

GARDOU, C., & DEVELAY, M. O que as situações de deficiência e a educação inclusiva “dizem” às Ciências da Educação. *Revista Lusófona de Educação*, 2005.

GARTON, A. F. *Social Interaction and the development of language and cognition*. Hillsdale, USA: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1992.

GUGEL, M. A. *A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade*. 2011. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>. Acesso em: 30/06/2018.

KAUFFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral Autism and Asperger syndrome: an overview. *Ver. Bras. Psiquiatr.*, v. 28, n. Supl. I, p. S3-11, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angela_Marin/

MAZZOTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil Histórias e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

MURRAY, T. J. *Multiplies Sclerosis: The History of a Disease*. New York: Demos Medical Publishing, 2005.



NEGRETTI, N. Convívio Necessário – Viver em sociedade é importante para o bom desenvolvimento dos autistas. *Revista Ler & Saber – Autismo*. Editora: alto Astral. Ano 01, nº 1 – 2015.

NOGUEIRA, M. et al. O que revelam as teses e dissertações sobre a autopercepção do portador de necessidades especiais? *Temas em Psicologia da SBP*, Ribeirão Preto, V. 10, n. 02, pg. 135-149, 2002.

PESSOTI, I. *Deficiência Mental: Da superstição à ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984.

PÓSTEL, J., & QUÉTEL, C. *História de la psiquiatria*. In J. Póstel & C. Quéstel, *Nacimiento de la psiquiatria infantil* (destinos de la idiocia, origen de las psicosis) (pp. 507-525). Cidade do México, México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

SALOMÃO, N. M. R. *Interaction between mothers and children with specific language impairment: a longitudinal study*. University of Manchester, England, 1996.

SEIDL-DE-MOURA, M. L. *Interações sociais e desenvolvimento*. In: SEIDL-DE-MOURA, M. L.; MENDES, D. M. L. F.; PÉSSOA, L. F. (Org.). *Interação social e desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2009. p. 19-36.

SILVA, O. M. *A epopeia ignorada*. São Paulo: Cedas, 1987.

TEZZARI, M. L. TEZZARI, M. L. *Educação Especial e ação docente: da medicina à educação*. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

TUNES, E. *Preconceito, inclusão e deficiência – O Preconceito no limiar da deficiência*. Em TUNES & BARTHOLO (Orgs). *Nos limites da Ação, Preconceito, Inclusão e deficiência*. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.